GUIA

Saúde pública e privada nos primeiros meses

Emergência 112 e 061, o que dizer no telefone, passo a passo da TSI/SIP/tarjeta sanitaria, consulta particular, farmácia 24 h e receita brasileira.

A TIE (o cartão físico de residência) não é o cartão do sistema de saúde. O cadastro na prefeitura não é a alta na previdência. São três papéis. Misturar os três é a confusão mais comum dos primeiros meses.

112, 061 ou ir andando às urgências

Três portas diferentes. Escolher a errada atrasa o socorro ou enche a sala de um hospital que não era para você.

112 — o número europeu de emergência. Ambulância, polícia e bombeiros. O Ministério da Sanidade e o portal da Administração confirmam: vale em toda a Espanha (e na UE), 24 h, **grátis**, de fixo ou de telemóvel. Funciona mesmo com o telemóvel bloqueado, sem cartão SIM ou sem cobertura da sua operadora. Não precisa de prefixo. Dor no peito, falta de ar, AVC (derrame), desmaio, convulsão, hemorragia que não para, alergia grave, acidente, incêndio, agressão: ligue. Não discuta plano nem convênio.

061 — em várias comunidades é a linha de **urgência sanitária**, integrada ao 112. Não é "o 112 da saúde": é orientação médica, dúvida de ir ou não ao hospital, febre alta, farmácia de plantão, e, quando o médico da central decidir, ambulância. Na Catalunha o 061 Salut Respon atende 24 h e **não pede comprovante de cobertura** para orientar. Madrid concentra a emergência sanitária no próprio 112 (SUMMA 112); o 900 102 112 da Comunidade de Madrid é **informação** de sanidade, não ambulância. Na dúvida de risco vital, ligue **112**.

Urgências hospitalares atendem. Depois podem faturar se você não estiver coberto pelo sistema. Por isso o seguro do visto permanece ativo até a cobertura pública estar **confirmada**, não só "pedidos".

> **Não pode.** Não cancele o seguro do visto na primeira semana. Empadronamiento (cadastro na prefeitura) sozinho não é alta no sistema de saúde. Estudos e nômade: leia a folha do visto — muitos exigem seguro privado **mesmo** depois de chegar.

O que dizer no 112 (e no 061)

A Comunidade de Madrid resume o essencial: **onde está** e **o que aconteceu**. Fale pausado. Não desligue para ligar para o seguro.

1. Cidade, rua, número, andar, porta, código postal. Se não souber o número, um ponto visível: farmácia da esquina, parada de metrô, hotel

2. O que aconteceu, há quanto tempo, e se a pessoa respira / responde / sangra

3. Quantas pessoas e a idade aproximada

4. Alergias, gravidez, remédio contínuo, se souber

5. O seu telemóvel, para o recurso ligar de volta

6. Fale espanhol se conseguir. O 112 costuma ter intérprete, mas não conte com português do Brasil na primeira frase. “Emergencia médica”, “no respira”, “dolor de pecho”, “hemorragia” bastam para começar

Fique na linha até o operador mandar desligar. Se pedir para abrir a porta do prédio ou esperar na rua, faça. Não mude de lugar “para facilitar” sem avisar: a ambulância vai ao endereço que você deu.

Quando ir andando (sem ambulância)

A mesma folha de Madrid diz: se **não** há risco de vida e **não** precisa de atendimento imediato, **não** é para o 112. As alternativas, nesta ordem:

1. **Cita** (agendamento) com o médico de família no posto da zona — gripe, receita de contínuo, resultado de exame, dúvida que espera um dia

2. **Urgência de atenção primária** do seu bairro: em Madrid chama-se SUAP; na Catalunha, **CUAP** (**Centre d'Urgències d'Atenció Primària**); noutras regiões, PAC ou “urgencias de atención primaria”. Entorse, corte que precisa de pontos, febre alta sem falta de ar, infecção urinária, otite: muitas vezes resolvem aqui, à noite e ao fim de semana, **sem** a sala do hospital

3. **Urgências do hospital** da zona, a pé, de metro ou de táxi, se o posto estiver fechado e o quadro piorar — ou se o 061/112 mandar ir. Leve passaporte, apólice do seguro e a lista de remédios

Não conduza se desmaiou, teve dor no peito ou bebeu. Peça um táxi ou ligue 112. Na porta do hospital, a triagem (**triaje**) classifica por gravidade, não por ordem de chegada: quem chega andando com uma entorse espera; quem chega de ambulância com AVC passa à frente. Isso é o sistema a funcionar, não descaso.

Pedir o cartão: TSI, SIP ou tarjeta sanitaria

O cartão do sistema público não cai no correio porque você tem TIE. Há uma ordem. O caminho mais limpo, alinhado aos primeiros 30 dias:

1. Cadastro de morador no município (**empadronamiento**). Sem endereço no padrón o posto não sabe qual é a sua zona

2. Alta na Segurança Social (previdência: contrato, conta própria, ou como **beneficiário** de familiar já coberto). O Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) **reconhece** a condição de assegurado ou beneficiário. Não é o mesmo que o número da Tesouraria (NAF / número da Segurança Social que sai no contrato)

3. Pedir o **cartão do sistema público** no posto de saúde da zona. Cada região tem o nome, o portal e o app

Centro de saúde é o posto da zona (Madrid, Andaluzia e a maior parte do país). Na Catalunha o mesmo posto chama-se **CAP** (**Centre d'Atenció Primària**). Lá você recebe um **médico de família** (**médico de cabecera**): é ele quem marca especialista, exame e receita. Consulta de rotina pede **cita previa** no app, site ou telefone do serviço de saúde da região. Urgência real não espera cita.

O cartão também muda de nome. Não é um cartão nacional único:

Região — Cartão / portal / app

Madrid — Tarjeta sanitaria · cita: citaprevia.sanidadmadrid.org e app Cita Sanitaria Madrid · virtual: Tarjeta Sanitaria Virtual

Catalunha — TSI — CatSalut (posto = CAP; 061 = Salut Respon) · app La Meva Salut / Mi Salud

Comunidade Valenciana — SIP · perguntas frequentes · app GVA +Salut / Sanitat

Andaluzia — Tarjeta sanitaria (SAS) · ClicSalud+ e app Salud Andalucía · informação: Salud Responde 955 54 50 60

Outras comunidades: use o diretório dos serviços autonómicos. O procedimento é o mesmo tipo: padron + direito INSS + posto da zona.

Documentos que costumam pedir no balcão

Leve originais e uma fotocópia. O pessoal da unidade administrativa diz o que falta no **seu** caso; a lista abaixo é o núcleo das folhas oficiais de Madrid, Catalunha, Valência e Andaluzia:

• Passaporte. Se já tiver TIE, leve a TIE: Madrid, na folha da tarjeta, pede **permissão de residência em vigor** para estrangeiros. Nos primeiros dias muita gente só tem o visto colado no passaporte — leve o passaporte completo, o comprovante da cita da TIE se já existir, e pergunte na unidade administrativa. Não invente que o passaporte "sempre" substitui a TIE

• **Volante** ou certificado de empadronamiento recente. Madrid pede emissão nos **últimos 90 dias**. Se mora no município de Madrid, pode autorizar a consulta ao padrón e não imprimir. Na Comunidade Valenciana o centro recomenda certificado em vigor (a FAQ fala em seis meses) ou autorização de consulta

• **Documento acreditativo do direito** à assistência sanitária emitido pelo INSS (às vezes chamado DAD). Baixe na sede eletrónica da Segurança Social ("Asistencia sanitaria: consulta del derecho y emisión del documento acreditativo") com Cl@ve ou certificado digital. Sem isso, o posto de Madrid pode recusar o cartão "completo" mesmo com padron

• Número da Segurança Social (NAF), se já tiver contrato ou alta de autónomo

Sem alta no INSS, o posto pode recusar o cartão completo. Algumas regiões entregam comprovante provisório no mesmo dia; o plástico ou a versão virtual chega depois. Estudos e nômade: o visto **não** equivale sozinho a assegurado do INSS. Na Catalunha, o trámite da TSI diz que a pessoa estrangeira **sem** alta no INSS ainda pode pedir a TSI no CAP ou pela internet — isso é regra **catalã**, não nacional. Confira a folha da **sua** comunidade. Em qualquer caso, o seguro do visto continua a ser o plano A até o cartão existir de facto.

Não há taxa estatal para pedir o cartão (a Catalunha declara **taxa zero** no trámite). O que custa é o tempo: padron, INSS, fila do posto.

Madrid, passo a passo

1. Ache o centro de saúde da morada no localizador da Comunidade de Madrid. A zona segue o padrón, não o hotel do Airbnb de ontem

2. Peça a tarjeta na **unidade administrativa** do centro, em horário de atendimento ao público (-**8h30–20h30** na folha oficial). Se tiver certificado digital ou DNIe, a sede eletrónica aceita o pedido pela internet

3. A sede descreve o prazo aproximado: **3 ou 4 semanas** até o cartão físico chegar **ao centro de saúde** (não necessariamente a casa). Até lá, o próprio centro deve facilitar o acesso se o direito já estiver reconhecido

4. Cita de rotina: site citaprevia.sanidadmadrid.org ou app **Cita Sanitaria Madrid**. A Carpeta de Salud junta história clínica e cita quando a tarjeta já está ativa

5. A **Tarjeta Sanitaria Virtual** no telemóvel vale em centros e farmácias da Comunidade de Madrid. Na mesma área dá para ver o **percentual de copago farmacêutico** que o INSS atribuiu

A validade da tarjeta de estrangeiro **não comunitário** acompanha a validade da TIE. Quando renovar a TIE, volte ao centro e atualize a data.

Catalunha, passo a passo

1. Confira o CAP da morada (o CatSalut aponta o buscador; o 061 também diz qual é o seu). Há povoações só com consultório local em certos dias

2. Peça a TSI **no CAP** (não precisa de cita para o trámite, mas pode marcar pelo 061) ou pelo formulário online. Leve DNI, passaporte ou NIE; para menores, livro de família

3. Primeiro chega por e-mail um **comprovante provisório** com o **CIP** (código de identificação pessoal). Já dá para entrar nos centros. Vá ao CAP para **atribuírem o médico**. A TSI digital entra no **Mi Salud** / La Meva Salut quando o comprovante sai

4. O plástico chega em casa pelo correio. O Welcome de Barcelona indica **duas a três semanas**

5. Senha do Mi Salud: peça **presencialmente** no CAP, com TSI e documento de identidade

Comunidade Valenciana, passo a passo

1. Sem Cl@ve nem certificado, vá ao **centro de saúde mais próximo da morada**. Com certificado, a FAQ oficial aponta a alta telemática no SIP

2. Leve identidade (DNI/NIE/passaporte). Leve também padron e o documento do INSS: o centro **recomenda**, e pede se a consulta telemática falhar

3. O centro dá alta no SIP e **emite a tarjeta**. A SIP vale no resto da Espanha; fora do país você precisaria da Tarjeta Sanitaria Europea, que é outro papel do INSS

4. Cita: telefone impresso no cartão, **96 183 90 00**, app de Sanitat / **GVA +Salut**, ou a web. A SIP virtual (código de barras no app) é o que a farmácia lê se o plástico ainda não chegou

Andaluzia, passo a passo

1. A **primeira** tarjeta é **presencial** no centro de atenção primária. ClicSalud+ **não** substitui essa ida

2. Leve o modelo de solicitação, DNI/NIE, padron e o documento do INSS (original e fotocópia, na folha da Junta)

3. O centro atribui posto e médico de família. O plástico vai pelo correio ao endereço da base de dados (BDU). Confira a morada **antes**

4. Renovação por perda, roubo ou cartão que não chegou: ClicSalud+ ou app Salud Andalucía. Primeira via, não

5. Dúvida geral: Salud Responde **955 54 50 60**

Vídeo: Como fazer a tarjeta sanitaria (cartão do sistema público) na Espanha

> **Dica.** Estudos e nômade: o cartão público, se sair, não substitui a apólice que o consulado pediu. Confira a folha do **seu** visto antes de cancelar. O médico de família não marca especialista "porque você prefere": a via normal é a derivación (encaminhamento) dele.

Convênio especial (pago, e só depois de 1 ano)

Se você **não** é assegurado nem beneficiário (caso típico de residência não lucrativa sem trabalho), a via paga é o convênio especial de assistência sanitária do Ministério da Sanidade. Não é o convênio especial da previdência (aquele que completa cotização para aposentadoria).

A folha oficial fixa:

• **60 €/mês** se tiver menos de 65 anos; **157 €/mês** a partir dos 65 (RD 576/2013, art. 6)

• Residência efetiva continuada de **pelo menos um ano** imediatamente antes do pedido

• Estar **empadronado** no município no dia da solicitação

• Não ter outro título de cobertura pública (INSS, regulamentos europeus ou convênio bilateral)

Leve identificação (passaporte, NIE ou TIE) e um documento que prove o ano de residência: certificado de empadronamiento ou certificado de residente da Polícia. A adesão é no **serviço de saúde da sua comunidade** (ou no INGESA em Ceuta e Melilla). O diretório das comunidades aponta o portal de cada região.

Cobre a carteira comum básica (prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e transporte sanitário **urgente**), sem copago nem carência nesses atos. Farmácia ambulatorial, órtese, produtos dietéticos e transporte **não** urgente ficam **100% por sua conta**. Não substitui o seguro do visto nos primeiros meses: o ano de residência é requisito, não um detalhe.

A folha ainda pede "certificado de não exportação" da cobertura do país de origem só para quem vem da UE/EEE, Reino Unido, Andorra ou Chile. Brasil não está nessa lista.

Farmácia 24 h, receita eletrônica e copago

Cruz **verde** na fachada = farmácia (**oficina de farmacia**). Parafarmácia vende creme e vitamina; não substitui a farmácia para medicamento com receita.

Horário comercial não é 24 h. A farmácia de plantão (**farmacia de guardia**) é a que abre à noite, domingo e feriado. Muitas põem **cruz vermelha** na porta quando estão de guardia. Como achar a de hoje:

• Pergunte em qualquer farmácia aberta: elas publicam a escala do bairro

• No CAP / centro de saúde da zona

• Na Catalunha, o **061** e a app 061 Salut Respon localizam a de plantão

• No Consejo General de Colegios Farmacéuticos (ferramenta de farmacias de guardia) ou no colégio provincial da sua cidade

Chegue com o cartão (físico ou virtual) se já tiver. Sem cartão, o farmacêutico ainda vende o que é **sem receita** (paracetamol, ibuprofeno, soro, muitos anti-histamínicos). Antibiótico, controlado e uso contínuo pedem **receita espanhola**.

Receita eletrônica

Com TSI, SIP ou tarjeta sanitaria, o médico emite a **receta electrónica**. Você mostra o cartão em qualquer farmácia do país. Não precisa de papel. Se a receita foi feita noutra comunidade, diga qual: é a regra da receita eletrônica interoperável do SNS. Sem o cartão, a farmácia não consulta o tratamento eletrônico. Receita particular em papel (clínica privada) é outro circuito: a farmácia cobra o preço cheio, sem copago público.

Copago farmacêutico (o que a lei fixa)

Com cartão público, você **não** leva o medicamento de graça. Paga uma **aportación** (copago) sobre o preço de venda ao público (PVP). A regra está no artigo 102 da lei de medicamentos, na redação do Real Decreto-ley 11/2026 (em vigor desde 14 de maio de 2026). Em resumo, para quem está **ativo** (trabalho, autónomo) e seus beneficiários:

• **40 %** do PVP na maioria das rendas mais baixas

• **45 %** se a renda (base liquidável do IRPF) está entre 18.000 € e 60.000 €

• **50 %** entre 60.000 € e 100.000 €

• **60 %** a partir de 100.000 € (o mesmo teto vale para pensionistas nessa faixa)

Pensionistas em geral pagam **10 %**, com tetos mensais. Há tetos também para ativos com renda abaixo de 35.000 € (8,23 € / 18,52 € / 61,75 € por mês, conforme o escalão). Medicamentos de aportação reduzida: **10 %**, no máximo **4,98 €** por mês. O excesso acima do teto a comunidade devolve, no máximo a cada semestre.

O percentual **seu** aparece na tarjeta virtual de Madrid e no posto. Sem cartão público, a farmácia cobra **100 %** do PVP. O convênio especial de Sanidade também deixa a farmácia ambulatorial por sua conta.

Vídeo: Remédios na Espanha: o que a farmácia vende sem receita e o que pede receta

Receita brasileira: o que fazer

A farmácia espanhola **não** dispara receita eletrónica a partir de um papel brasileiro. Receita da UE (receita transfronteiriça) é outro regime; Brasil não entra. Na prática:

1. **Traga o estoque** do contínuo na mala de mão, com receita e bula. A AEMPS (Agência Espanhola de Medicamentos) permite medicação pessoal para até **três meses** de tratamento, adequada à prescrição, sem parecer tráfico. Na fronteira podem pedir receita ou relatório. Quantidade maior só com justificação

2. Anote o **princípio ativo** em DCI (nome internacional), não só a marca brasileira. O equivalente espanhol muda de nome comercial

3. Marque **consulta espanhola** — particular agora, médico de família quando o cartão existir — e peça a receta daqui. Leve relatório, bula e a caixa

4. Estupefaciente ou psicotrópico controlado: **antes do voo**, peça autorização à AEMPS (área de Estupefacientes). Sem esse papel, não embarque o comprimido "escondido"

Três meses passam depressa. Não deixe o contínuo acabar na semana em que o padron ainda não saiu.

Particular enquanto o sistema público não abre

Enquanto o cartão não existe, o plano A é o **seguro do visto**, a **consulta privada** e as **urgências**. Não é "esperar o plástico".

Como marcar. Procure “medicina de familia” ou “médico general” + a sua cidade, ou a clínica walk-in do bairro. Muitas atendem no dia, sem seguro, com pagamento no balcão. Se a apólice do visto tem **quadro médico** (lista de clínicas concertadas), ligue primeiro para o telefone de assistência da apólice: eles dizem para onde ir e se a clínica fatura direto à seguradora. Sem quadro, você paga e pede **factura** (NIF da clínica, o seu nome, data, ato) para reembolso — leia o prazo na apólice, costuma ser curto.

Quanto custa, em ordem de grandeza (2026, varia muito). Não há tarifa oficial. Em clínicas de rua nas capitais, uma consulta de **médico de família / medicina geral** particular costuma cair na casa das **dezenas de euros** (com frequência algo como 40–90 € a primeira visita; walk-in mais simples às vezes fica mais baixo). **Especialista** (dermatologia, ginecologia, ortopedia) sobe: muitas primeiras visitas anunciadas entre **80 e 150 €**, sem exames. Análise de sangue, ecografia ou raio-X são à parte. Urgência de **hospital privado** facilmente chega a **centenas**. Peça o preço **antes** de sentar. Cidade, prestígio da clínica e se é primeira visita mudam o número.

O que levar. Passaporte, apólice impressa (não só o cartãozinho), telemóvel com o PDF, lista de remédios e alergias, relatórios crônicos. Tradução ajuda; se não deu tempo, leve o original e o princípio ativo. Peça ao médico a **receta** em papel ou o envio à farmácia da clínica.

> **Atenção.** Urgência hospitalar pública atende; a fatura pode chegar em casa semanas depois se o direito público não estiver reconhecido. Guarde alta, pulseira e relatório. Encaminhe à seguradora do visto no prazo da apólice. Não some da receção sem deixar morada onde a carta chegue.

Depois do cartão, a rotina volta ao médico de família — não ao hospital, salvo urgência. Particular continua a existir para quem quer fila menor; não substitui o seguro que o visto ainda exige.

Documentos na consulta

• Passaporte / TIE

• Cartão do seguro **ou** cartão do sistema público (TSI, SIP ou tarjeta sanitaria) — o comprovante provisório / CIP / documento de inclusão também vale enquanto o plástico não chega

• Comprovante provisório do cadastro na prefeitura, se já tiver

• Relatórios traduzidos se a condição for crónica

• Lista de princípios ativos e alergias, no telemóvel e no papel

As fichas oficiais e os links .gob.es estão na versão online deste guia.